

HOMENS “ANORMAIS”: REPRESSÃO MORAL AOS HOMOSSEXUAIS NA DITADURA EMPRESARIAL- MILITAR NO MARANHÃO

Jefferson Maciel Lira¹

Introdução

Os estudos acerca das relações de gênero no cenário nacional vêm galgando bastante espaço não somente nas Universidades, Centros de Ensino, mas também em diversos âmbitos do seio da sociedade civil, sejam eles em Movimentos Sociais, Grupos de discussões, Organizações Não governamentais, ou até mesmo em espaços midiáticos, como a Internet e a televisão. Abordar trabalhos sobre gênero não é restringir-se a discussões sobre mulheres como há muito era realizado. As relações de gênero são uma temática complexa que caminha por uma transitoriedade de mundos em suas ressignificações, o feminino, masculino e ainda a não definição de ambos. Uma interseção de conceitos e reelaborações que buscam o alcance do entendimento do comportamento complexo do indivíduo no meio social.

Diversos teóricos preocuparam-se com a temática como Foucault² ao trabalhar com dispositivos de sexualidade, Butler³ ao apresentar a problemática do Binarismo⁴, Corbin⁵ que [des]constrói um aspecto da História da Virilidade no homem e a História do Corpo, e até mesmo não menos importante Del Priore⁶ que constrói a História do Homem e das Mulheres. Dentro desta gama de trabalhos em que Historiadores e não mais apenas sociólogos e antropólogos estão preocupados com a temática, há um realce na historiografia brasileira que , incentiva e auxilia ainda mais a continuidade ou descontinuidade do estudo da temática. Levando-se , então, em consideração a complexidade dos estudos sobre gênero, é possível construir uma história com essa categoria de análise no que diz respeito à homossexualidade.

Para melhor compreensão deste estudo, é de fundamental importância saber se localizar temporalmente e ampliar os olhares para o cerne da discussão. Neste trabalho pretende-

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de História Contemporânea/NUPEHIC- Coordenado pela Prof^ª Dr^ª Monica Piccolo Almeida Chaves.

² Filósofo, historiador, filólogo e crítico literário, elaborou teorias sobre relação de poder e conhecimento e dispositivos de sexualidade humana, e de como eles eram utilizados para o controle social no intuito de enquadrar a sociedade dentro de normas.

³ Judith Butler (24 de fevereiro de 1956, Cleveland, Ohio) é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*.

⁴ É a classificação do sexo e do gênero em duas formas distintas opostas, masculino e feminino.

⁵ Alain Corbin é um historiador francês. Ele é um especialista do século 19 na França. Seus livros exploraram as histórias de temas como desejo e prostituição masculina.

⁶ Mary Lucy Murray Del Priore é uma historiadora brasileira especialista na História das relações de Gênero no Brasil, e História dos Homens e das Mulheres.

se abordar a discussão sobre o gênero masculino e as relações que circundam este indivíduo masculinizado ou não, em uma sociedade nordestina imersa em uma ditadura empresarial - militar⁷, para melhor compreender os efeitos públicos da dinâmica social que reverberaram publicamente, analisando publicações dos jornais O Jornal Pequeno e Jornal do Dia, para perceber de que forma há uma repressão moral pelo regime e uma repressão absorvida pela sociedade. Desta maneira, compreender as formas criadas para a manutenção do controle destes sujeitos, a partir das ideias difundidas nas publicações destes impressos dentro da sociedade maranhense, verificando como se deu uma das formas do processo de repressão moral.

Neste assunto o historiador Brasileiro James Green⁸, em sua obra *Além do Carnaval: Homossexualidade masculina no Brasil do Sec. XX*⁹, trabalha os aspectos da homossexualidade masculina na ditadura militar na cidade do Rio de Janeiro. Como uma das obras de esteio para trabalhos posteriores, deu fôlego para a realização de trabalhos em outras localidades do território brasileiro. Este artigo pode ser considerado um desdobramento das considerações de James Green. No Rio de Janeiro tem-se por expoente como resistência deste processo o jornal *O Lâmpião da Esquina*¹⁰, que tinha uma proposta de identidade homossexual para a continuidade dos processos de permanências e autoafirmação desta parcela da sociedade, não somente de maneira política mas, como forma de mentalidade deste grupo reprimido e de como reagia à sociedade a partir de seu comportamento.

Dito isto pesquisar no Maranhão e em prioridade São Luís, acerca deste tema em comparação com outras regiões do país, constitui-se um esforço trabalhoso, visto que há deficiências historiográficas, o ineditismo desta pesquisa, explica a demasiada atenção as fontes de ordem primária.

Busca-se compreender processos que levaram as perseguições aos homossexuais na ditadura empresarial-militar, não apenas por suas práticas sexuais ou seus filamentos políticos (comunista) mas pelo seu “desvio” de conduta, entendendo um discurso de repressão moral

⁷ A escolha do termo "Empresarial-Militar", no que se refere ao regime autoritário instaurado pós 1964, é um posicionamento dentro dos confrontos historiográficos em torno do caráter do Golpe de 64 e caracterização do próprio regime. Compreendendo que a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que reproduz várias considerações, concordamos com a aplicação do termo "Empresarial-Militar", proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra 1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe, no resalta o caráter classista do Golpe e da Ditadura

⁸ James Naylor Green (1951-), historiador de estudos latino-americanos, brasileiro e ativista dos direitos LGBT norte-americano.

⁹ GREEN, James. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.305

¹⁰ Jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Empresarial-Militar de 1964.

imbricado em um discurso político. Através do processo de formação de consenso nesta sociedade, diante dos discursos apresentados nos jornais, pois eram indivíduos expurgados pelo regime autoritário, repudiados pela esquerda e condenados pela igreja.

Construir um Nordeste masculino a partir de homens

No Brasil, mais precisamente no nordeste, temos uma construção sobre a masculinidade que não agride apenas o comportamento feminino das mulheres, mas que oprime o homem e o aprisiona em um padrão normalizante de comportamento, onde deve agregar a si “trejeitos” e escolhas que estejam pautados na condição de virilidade e de macho. Esta opressão se constitui por um processo histórico e reverbera também nos modelos políticos de governabilidade como cita Freyre

“ao tratar da passagem do Império para a República, novamente vai aparecer uma série de metáforas que remetem aos papéis de gênero e, mais uma vez, a imagem que se pretende construir é de um processo de passagem de um período marcado pela simbólica do masculino, para um período marcado pela simbólica do feminino. O Império era homem, a República era mulher.”¹¹

A hostilização do feminino como diluído de uma fraqueza, e uma incapacidade natural que não coaduna com o fato de nascer homem, macho, pois deveria sempre ser esteio do outro (outro sexo), tomar decisões firmes, e estar sempre imbuído de determinação e força e nunca demonstrar qualquer tipo de fragilidade que pudesse por em risco as rédeas de todos os mecanismos que lhes foi concedido apenas por ter nascido do sexo masculino.

Estes anseios de postura dos ditos desviantes são de alguma forma suplantados em detrimento de homens cuja moral deve ser elevada a partir de parâmetros próprios desta região. Os homens e mulheres em diversas construções histórico-temporais, sofreram imposições em demasia para seus comportamentos, aqui neste caso tratamos dos homens. Mesmo antes do período do regime empresarial-militar era cobrado compostura, tanto no trato como no traquejo. No entanto, ao avanço do regime empresarial-militar, levando-se em conta a peculiaridade

¹¹ Freyre apud Albuquerque *In Nordeste: uma invenção do falo-uma história do gênero masculino* (Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.p.83.

regional, torna-se cada vez mais pesado o fardo no desempenho dinâmico deste indivíduo portador de todos esses signos e símbolos.

No seio destas novas reelaborações de padrões e hábitos existentes nesse homem, que muitos tinham hábitos e conjuntural comportamento de cunho rural, que em sua maioria na região nordestina, imergia o homem aos ideais falocêntricos , patriarcal e castrador. Com o avanço das décadas, e principalmente pelos processos trazidos pela instauração do regime empresarial-militar através de suas políticas para o desenvolvimentismo da economia brasileira, estes homens se reconfiguram para os espaços urbanos, no qual novas concepções foram adquiridas e construindo este indivíduo em todo seio da vida social, desde sua concepção e inserção política e econômica como sugere Durval Albuquerque¹².

Desta maneira , seria condicionar homens e mulheres a seus papéis sociais nos espaços urbanos, a fim de desempenhá-los sem questionamentos, definidos por seus elementos biológicos, e não perpassando por sua orientação e comportamento sexual, inseridos em uma sociedade rígida e patriarcal, ainda mais solidificada por uma pauta moralista ditada pelo regime instaurado, no anseio de uma sociedade restaurada em seus valores morais, político e economicamente seguindo o desejo de uma rígida ordem de segurança nacional.

Os trabalhos que se apresentam inseridos nesta temática cada vez mais avançam por um viés mais pulverizado no campo da História, ampliando as metodologias de análise, não somente nos campo da História cultural e social, mas também por perspectivas marxistas, que até então não incluíam esta categoria de gênero nas suas produções historiográficas, além de fomentar discussões para eixos que fogem à realidade do sul e do sudeste do país, como o caso do Durval Muniz e Luiz Mott¹³ que desenvolvem uma luta árdua na construção de uma historiografia mais abrangente sobre o tema, trazendo a tona, a realidade de sujeitos sociais submersos em realidades regionais, até então negligenciadas, que de alguma forma contribuem ainda mais para o aprisionamento destes “homens invertidos”¹⁴.

¹² Durval Muniz de Albuquerque Júnior é Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, o autor opta por uma história do gênero masculino, por achar um lugar historiográfico pouco explorado, com isso visa demonstrar o falso pressuposto de que a história tem sido desde sempre, a história dos homens. Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falso-uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

¹³ Antropólogo, historiador e pesquisador, e um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT. Luiz Mott é uma das figuras mais conhecidas do movimento LGBT e foi considerado um dos gays mais poderosos do mundo em uma lista feita pela revista americana Wink.

¹⁴ Termo resignados a identificar indivíduos com práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, ou seja, sujeitos homossexuais, que a palavra invertido sugere o avesso a natureza, a degeneração do que seria o natural ao ser humano.

A caminhada no cenário político

No bojo do cenário político instaurado pós 64, é possível inferir de que maneira não apenas as mulheres como representantes máximo da feminilidade, mas também, homens que adquirissem um comportamento social que se aproximasse ou assemelhasse a este padrão feminino era visto como “padrão desviante”¹⁵. A estes era destinado um lugar mais insalubre de condições sociais, não apenas pela sua orientação sexual, que resumia-se apenas pelas práticas sexuais “invertidas”, “abomináveis”, “pecadoras”, mas também pelo comportamento caricato e próximo daqueles destinados apenas às mulheres.

No cenário político do Regime Empresarial-Militar, após o Golpe de 64, estes processos de opressão de comportamento, padronização de comportamento social, condicionamento de expressão e uma construção de consenso em torno destes padrões normalizantes, vão assumir posturas de enfrentamentos diretos a refração destes indivíduos no meio social.

A Escola Superior de Guerra¹⁶, através da aplicabilidade da Doutrina de Segurança Nacional¹⁷, elenca pontos sobre a instituição familiar que vão definir o que é considerado “normal” e valorativo, partindo de princípios cristãos e paradigmáticos para cerceamentos dos indivíduos, e ainda uma identificação mais rápida dos que fogem a tais normas estabelecidas como saudáveis para a sociedade e o regime político, travestindo um discurso ainda rançoso de um Estado de Bem Estar Social¹⁸.

A família é um dos pontos relevantes para entender de que maneira estas organizações sociais configuram-se. Em um modelo cristão, a constituição da família se dá de maneira sólida apenas na união entre um homem e uma mulher, definidos socialmente, o que não

¹⁵ Desempenha um padrão de comportamento social diferente daquele que era esperado para o sexo biológico que possui, atua em descompasso a sua natureza biológica.

¹⁶ Escola Superior de Guerra(ESG), criada em agosto de 1949, pela Lei 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, integrante do Ministério da Defesa do Brasil. A Escola destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. Maria Helena Moreira Alves, ESTADO E OPOSIÇÃO NO BRASIL de 1965-1985, PAZ e TERRA, 1985.

¹⁷ Foi dentro da ESG que se formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que “inimigo interno” era antes de tudo, comunista e subversivos.

¹⁸ Organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Teve sua formulação no pensamento Keynesiano.

deixa brechas e nem arestas para qualquer outro tipo de natureza de relações. Desta forma, a utilização do discurso em proteção da família, tendo em vistas os subversivos não apenas da ordem moral, mas incluindo em um tipo de desordem natural da condição humana, os homossexuais são alvo fácil e rápido como principais agentes sociais danosos à continuidade do bem estar de convívio social, são caracterizados como indivíduos não preparados para conviver socialmente e uma ameaça latente à preservação da instituição familiar.

Tal Discurso produzido por conservadores de Direita e pelos militares, que possuem uma extrema aversão aos homossexuais que são vistos como prova do fracasso da condição de macho e de homem, traidores da natureza masculina, considerados, também incapazes de desenvolver qualquer trabalho dentro da corporação que lhe exigisse força ou alguma habilidade que lhe impusesse coragem ou agilidade, desprovidos de quaisquer uma dessas virtudes, eram chamados de pederastas¹⁹. Desta forma os militares prevêm em seu Código Penal Militar punição para a prática de “Pederastias” ficando claro o posicionamento dentro da corporação militar reacionário às práticas homossexuais, segundo o Código Penal Militar

Inclui-se entre os crimes sexuais nova figura : a pederastia ou outro ato de libidinagem, quando a sua prática se der em lugar sujeito à administração militar. É a maneira de tornar mais severa a repressão contra o mal, onde os regulamentos disciplinares se revelam insuficientes²⁰

O Homossexual não poderia assegurar a continuidade familiar, pois é uma considerada parcela estérea da relação humana, o que levaria a um total colapso sobre a preservação humana de continuidade. Representa um tipo de perversão moral que contagia aos menores e a idoneidade do lar com a sua promiscuidade latente pelos seus desejos libidinosos expressivos. Sob tais discursos se propagava a supressão dos homossexuais do seio da sociedade não apenas civil, mas militar.

Neste cenário político tenso de polarização entre a Direita e Militares de um lado e Esquerda (Comunistas/Subversivos) de outro, poderia inferir que a esquerda tinha como principal objetivo atender as demandas de subversão da sociedade com o objetivo da derrubada do regime

¹⁹ Homens que mantinham praticas sexuais como outros homens e que na Grécia era uma relação mantida entre um neófito e um homem experiente.

²⁰ Código Penal Militar. Decreto-Lei Nº 1.001- de 21 de Outubro de 1969. Coleção LEX nº 16. Dos crimes Sexuais, Pederastia ou outro ato de Libidinagem, P.18.

autoritário vigente, apoiando, por sua vez, movimentos ou agrupamentos de cunho subversivo. A partir disso, influenciados pela bandeira do comunismo, pautada na liberdade revelada e executada em todas as suas faces. O desvio entre as práticas de luta dos movimentos de esquerda e a não inserção da causa dos homossexuais como ponto de reflexão.

A esquerda, mesmo que sustentada por estes ideais, não demonstra através de suas ações apoio à causa dos homossexuais. Pelo contrário, o movimento dos homossexuais não encontra apoio na esquerda, esbarrando diante também de outro enfrentamento dentro da própria esquerda, o que provoca o isolamento dos homossexuais.

Assim a fração conservadora provoca o esfacelamento de homossexuais declarando seu expurgo, e a Esquerda assume a mesma postura, absorvendo o mesmo discurso diante desta realidade, assegurando que homossexuais são realmente o problema de padrão desviante.

No entanto, as lutas de mulheres, homossexuais e negros não passam a ser prioridade de pauta deste lado da linha partidária, não sendo visto como propício um enfrentamento de ordenamento minoritário, dentro do arco das lutas maiores, de combate do operariado em oposição as forças capitalistas de opressão. Todos os outros movimentos sociais de lutas são subjugados ao movimento do operariado.

Aparatos de Consenso e Coerção e análise dos jornais O jornal Pequeno e Jornal do Dia

Antonio Gramsci²¹ em seu trabalho intitulado Notas sobre a política de Maquiavel²², elabora sua teoria de Estado Ampliado, tendo como base os conceitos de Hegemonia, Movimento contra hegemônico, Consenso e Coerção, Aparelhos Privados de Hegemonia, Partido que teria ferramentas de controle da sociedade civil através de mecanismos como os Aparelhos Privado de Hegemonia²³.

O conceito de Hegemonia pode ser compreendido como uma orientação moral e política, a fim de representar o processo de dominação político-ideológico de uma fração de classe dominante sobre outros grupos de classe. Esta hegemonia se dá no âmbito da sociedade civil, a partir da atuação de suas instituições privadas, para garantia de sua consolidação dentro da ossatura estatal. Pode-se entender estes processos de construção de hegemonia de diferentes maneiras, com o apoio dos grupos dominantes e dirigentes e também por meio da adesão coletiva

²¹ Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano.

²² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

²³ A teoria da hegemonia de Gramsci está ligada à sua concepção do Estado capitalista, que, segundo afirma, exerce o poder tanto mediante a força quanto o consentimento.

Através do consenso ideológico e político é que tenta-se construir esta hegemonia, como um convencimento dos aspectos morais, ideológicos e políticos instaurado dentro do seio da Sociedade Civil, classificados como “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

A atuação do poder que antes estava definido apenas por parte do Estado, compreendido no seu sentido restrito, agora também estava reproduzido dentro da sociedade civil, de diversas maneiras de organizações para os encontros das classes em torno da construção da hegemonia de um projeto da fração de classe dominante conservadora.

É na sociedade civil que se desenvolve os projetos acerca da construção hegemônica, tendo como ponto de partida, o direcionamento e construção do consenso, afim de exercer a dominação de um ideal de uma classe mediante a atividade da construção de consenso, ao tornar um projeto moral e político de vida social um caráter hegemônico.

O que daria origem a esta forma de construção do consenso, a partir do uso de aparelhos privados que presentes na sociedade civil como Jornais, Revistas, Mídias em suas diversas naturezas como Rádio e TV, teria maneiras de construção de consenso e de coerção do indivíduo, um ambiente propício portanto a luta classicista.

Neste sentido o impresso aqui analisado, *O Jornal Pequeno*²⁴, marcado por um forte cunho popular, posiciona-se politicamente contrário as atitudes do governo do Estado do Maranhão. Seu apelo popular e sua opinião ao governo estadual não impedem que o impresso demonstre o mesmo posicionamento em relação aos homossexuais, considerados como “Transviados”.

“A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa.”²⁵

A reportagem mostra que homens “anormais” devem se portar apenas no ambiente privado segundo suas necessidades de uso de trajes, e não devem avançar ao seio da dinâmica social.

²⁴ Jornal Pequeno é um jornal brasileiro que circula em São Luís, capital do Maranhão. É o segundo jornal mais antigo do estado, perdendo apenas para O Imparcial. Circula desde 1951. O Jornal Pequeno se notabiliza pelo combate ao esquema político chefiado e instalado pelo José Sarney em 1966.

²⁵ O Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

Neste caso fica nítida a construção que é feita sobre o homossexual, assim como o tipo de atuação na corporação policial deveria ter

“pode delegado de polícia prender homem que anda pela via pública vestido de roupas femininas, com cabelo e enfeitos femininos, provocando escândalo, ou simplesmente atraindo a atenção pública? Pode e deve”²⁶.

A Polícia, portanto, tem posturas violentas e agressivas com indivíduos que apresentam comportamento semelhante aos homossexuais sendo necessário, portanto, prendê-los para assegurar a ordem pública. Discursos como estes em jornais tentam, construir consenso sobre a postura desordenada e “anormal” que estes homossexuais tem na cidade de São Luís. Esta reportagem é transcrita do jornal *O Povo*²⁷, da cidade de Fortaleza, relatando a vida social da cidade questionando a ida de “invertidos” à casas e clubes de “bom comportamento”, impedindo a circularidade de tais indivíduos por uma questão moral.

A presença de discursos transcritos de outras cidades para São Luís, nos faz refletir sobre o propósito de reportagens, como estas, estarem asseguradas dentro das páginas do impresso ludovicense, uma vez que o ocorrido não se passou em São Luís. É a partir disto que se encontra espaço para entender a construção do consenso em torno desta temática.

Os homossexuais como ameaças que são precisam de alguma forma serem detidos e toda a sociedade brasileira precisa ser alertada. Trechos como esses transcritos nos fazem inferir primeiro sobre o mecanismo de interligação de notícias que circulam nacionalmente, do discurso do Regime Empresarial-Militar autoritário sustentado nos preceitos de ordem social e segurança nacional da ESG.

As notícias reproduzidas tem o intuito de atingir propósitos específicos. Assim, ao relatar o caso de homossexuais circulantes nas casas de boas condutas da cidade de Fortaleza que incomodam a sociedade “casta” e moralista, compartilham as ideias de realocação destes indivíduos cada vez mais em espaços privados, sua condenação como corrosivos à moral e, principalmente, como agentes mensageiros da subversão. Aqui é atribuído um segundo aspecto

²⁶ Idem, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

²⁷ Fundado em 7 de janeiro de 1928 por Demócrito Rocha, em seu primeiro editorial, *O Povo* defendeu o propósito de um jornal "defender dos interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes", da época, e capaz de "levar o desenvolvimento ao Ceará".

: a dimensão pedagógica (de uma autoritária pedagogia) , através deste tipo de censura moral de acordo com Fico²⁸.

Neste sentido, os jornais apresentam um discurso afinado com o planejamento de moralização da sociedade. Os considerados como "transviados" deveriam ter espaços reduzidos socialmente, e seu comportamento lapidado e enquadrado.

Setores da sociedade, regidos pelos embasamentos morais cristãos, em honraria e assecuridade da família pelo convívio com os homossexuais seria afetada, uma vez que , conforme a reportagem “se sair porém para via pública haverá de convir que provocará escândalo com a sua anormalidade com prejuízo para formação de jovens de ambos os sexos, especialmente crianças”²⁹

Absorvem cada vez mais o discurso de anormalidade deste indivíduos, tornam-se indesejáveis, não apenas pelo próprio regime, porém por parte considerável da sociedade civil. Esta condição entre a animalidade e a humanidade sobre os homossexuais era comumente propalada. Como exemplo podem ser citadas as disciplinas de caráter normalizador presentes nas Cartilhas de Moral e Cívica, nas quais o "errante" deveria ser coagido a conserta-se para o convívio de bem estar.

O trabalho deveria ser outro componente de exclusão moral destes “homens efeminados”, não sendo possível inserir-se no ambiente de trabalho na mesma condição de aceitação, restringindo-se cada vez seus espaços. Os homossexuais travestis, por exemplo, tinham na prostituição um mercado de trabalho que poderia se constituir em um setor para elevados lucros e investimentos para aqueles que controlavam a atividade.

A distinção de espaço público e privado para circulação destes indivíduos fica clara por diversas vezes *"se o indivíduo não passar além dos batentes de sua casa"*, assegurados por um "limite da tolerância social". O Estado deveria garantir aos cidadãos que os "invertidos" permanecessem dentro de espaços privados, pois *"o limite da tolerancia social, devem ser custodiados correccionalmente em nome da moral pública."*³⁰

Ainda que algumas destas reportagens analisadas estejam presentes no Jornal Pequeno, que apesar de ser um periódico de característica popular, posiciona-se em certas questões como politica e economia contrário ao regime empresarial militar. No tocante aos aspectos morais, da família, dos bons costumes, as reportagens apresentam um alinhamento ao

²⁸ FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 102-108.

²⁹ O Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

³⁰ O Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

discurso assumido pelo sistema ditatorial repressor sobre parcela marginal da sociedade, neste caso os homossexuais.

Os enfrentamentos da classe artística, das mulheres, da imprensa, são recorrentes durante este período de cerceamento das liberdades. A liberdade dos homossexuais também são suprimidas, mas os enfrentamentos são isolados, ou de pequenos agrupamentos e não de movimentos, que ocorre apenas no fim da década de 70 e 80.

O regime empresarial-militar, através de seus mecanismos de coerção e controle detinham quaisquer tipos de rebeldia ou revolta subversiva, ainda que não política, mesmo não declaradas ligações partidárias e políticas deste grupos homossexuais, afinal não eram compreendidos também pela esquerda para que desse apoio à causa, estes também o consideravam um mal social.

No Jornal do Dia³¹, jornal que assume sempre uma postura a favor ao regime empresarial-militar em suas diversas reportagens, publica uma reportagem que tem por título "As bonecas pernambucanas engrossam com a polícia" que relata um caso de enfrentamento de travestis que queriam sair durante o período carnavalesco a fim de usufruir das diversões na cidade do Recife, mais precisamente na Av. dos Guararapes, uma das principais avenidas do centro da capital pernambucana, e são impedidas pelos policiais.

As “ Bonecas” Pernambucanas resolveram realizar no Carnaval o primeiro baile das bonecas, “contra tudo e contra todos e sem ligar para a proibição da Policia”³²

“o sr. Juraci comerciante um dos líderes do movimento revelou que na reunião compareceram dezenas de travestis. Tendo explicado que o primeiro golpe que recebemos este ano foi a proibição de nós oribirmos pelas ruas. Imagina que Bebete, gastou 450 cruzeiros com uma maxissaia e sonhava desfilar pela Avenida Guararapes, e agora não será possível.”³³

³¹ Jornal fundado em 1959, tinha como principais notícias esporte e colunas sociais, posteriormente é comprado em 1973 pelo ainda então Governador José Sarney e Bandeira Tribuzzi e torna-se o Jornal O Estado do Maranhão.

³² Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

³³ Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

Relata que na pessoa de Sr. Juraci Pereira, um dos líderes do movimento, reuniram-se dezenas de homossexuais travestis, para discutir a proibição das mesmas para sair para a atividade brincante do carnaval.

O trecho acima demonstra a forma de organização da luta desses homossexuais para garantia apenas de seus direitos de mobilidade na cidade, trajando seus adereços, o que poderia ser um risco à moralidade. Não há um viés de perigo político direto, mas os maus costumes, a corrosão da moralidade trazida por estes indivíduos poderia ser solo propício aos jovens para servir de mola propulsora para subversão.

A presença desta reportagem no Jornal do Dia demonstra novamente a tentativa de criar consenso com o objetivo de impedir tais movimentações na cidade de São Luís, demonstrando à sociedade de maneira pedagógica aquilo que deveria ser seguido e o que deve ser repellido. Uma manobra de controle elencando inimigos internos que deveriam ser combatidos pela "revolução democrática" em prol da ordem e ao cidadão padrões de comportamento para garantia da continuidade da instauração da instituição familiar, base única da paz e a segurança nacional.

As manobras de construção de consenso, coerção e controle, se dão em diversas naturezas e se apresentam pulverizadas no seio da sociedade civil, milimetricamente pensados, em um nível de sofisticação elaborado para atingir ao seu real objetivo: a manutenção dos militares no poder e da classe dominante beneficiada, atendendo às demandas desta classe, garantindo, portanto, a segurança nacional daquilo que por eles mesmos foram oficialmente elencados como ameaça nacional.

Considerações finais

Este texto é uma pequena demonstração de como a perseguição moral se estrutura sobre os homens homossexuais, a fim de enquadrá-los socialmente através de ferramentas do próprio Estado numa perspectiva de um Estado Ampliado em prol da garantia de um Estado de segurança nacional.

Assim, como se pôde inferir, que estes agrupamentos homossexuais não se fixam em um panorama político durante os meados da década de 60 e meados da década de 70. São considerados uma ameaça à ordem pública, pelos conservadores, e não constam na pauta dos movimentos de esquerda. Nos primeiros momentos de transição, já é possível perceber uma dinâmica e movimentação em apoio a estes grupos, mas até então o que esteve sobre a mesa para esta mesma oposição são as questões recorrentes ao massacre do capitalismo sobre a classe operária.

Indivíduos homossexuais sofrem opressão, coerção e violência moral durante o período da ditadura, por não terem esteio o suficiente para um engendramento no panorama político, para que pudesse ter apoio.

Inevitavelmente é um discurso político de ordem e segurança travestido de um discurso meramente moralista sobre estes indivíduos homossexuais, cercado do apoio da igreja, do regime autoritário e negligenciado dos campos de esquerda. A moral assegurada propagava o conservadorismo, no qual homossexuais jamais seriam encaixados.